

**UNIVERSIDADE PÚBLICA:  
UM PROJETO EM DISPUTA NA CONTEMPORANEIDADE**

**José Henrique de Faria<sup>1</sup>**

É impossível, de forma resumida, tratar desse tema tão complexo e multideterminado que é “Universidade Pública: um projeto em disputa na contemporaneidade”. Portanto, procurarei, em primeiro lugar, localizar historicamente, de uma forma bastante sumária, o lugar da universidade no desenvolvimento das forças produtivas. Isso para fundamentar o argumento central da exposição. Qual é esse argumento? É o de que a Universidade Pública está se tornando cada vez mais rapidamente refém de critérios e modelos de controle utilizados na pós-graduação, elaborados com sua convivência e participação ativa. Em outras palavras, a chamada autonomia acadêmica está se tornando predominantemente uma narrativa mística, pois a Universidade Pública vem perdendo a condição de autonormação ao se submeter ativamente aos critérios avaliativos sem referência social.

A universidade é historicamente um espaço em que se manifestam as contradições dos modos sociais de produção das condições materiais de existência. O que se observa, com mais intensidade, é que os critérios de avaliação adotados pela pós-graduação estão aniquilando com esta condição e

---

<sup>1</sup> Doutor em Administração (Universidade de São Paulo, Brasil). Professor Titular Sênior Aposentado da Universidade Federal do Paraná. Professor Visitante da Universidade Federal Tecnológica do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/3738279410631976>. <https://orcid.org/0000-0003-3971-7992>. [jhfaria@gmail.com](mailto:jhfaria@gmail.com). Endereço para correspondência: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Administração. Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico, Curitiba, PR, Brasil. CEP: 80210-170. Telefone: (55 41) 33604365.

impondo um padrão normativo restritivo e limitador da autonomia universitária e das práticas socialmente referenciadas.

A hipótese que lanço aqui é a de que a Universidade Pública está perdendo a autonomia para fazer ciência, para formar pesquisadores e professores e para formar profissionais graduados pelo fato de que estar rumando para a padronização do fazer acadêmico, de acordo com sistemas de avaliação que valorizam métricas, modelos e indicadores. Tais sistemas de avaliação estão sendo elaborados majoritariamente por pesquisadores das próprias Universidades Públicas que participam dos conselhos e comissões. Para o ensino, a pesquisa e a extensão, essa prática é uma tragédia que vem sendo anunciada há décadas. A pesquisa que não inova, que não transforma, que não é crítica, vai sucumbir aos obstáculos epistemológicos e somente reproduzir o conhecimento existente. A extensão que não se referencia nas questões sociais, que não interage com a sociedade, deixa de cumprir com o objetivo público da universidade. Tendo em vista o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, esse modelo acaba inevitavelmente afetando o ensino na graduação e pós-graduação de uma forma nefasta. E isso vem acontecendo bem em nossa frente, de maneira cada vez mais intensa, nos últimos 30 anos.

As Universidades Públicas, especialmente os programas de pós-graduação, estão se tornando meros cumpridores de critérios produtivistas. O encorajamento acadêmico para a produção de qualidade de pesquisas inovadoras, com repercussão social, está minguando, dando lugar à conformação a metas de pontuação para as avaliações quadrienais. Não há mais planejamento real em que se coloquem desafios para a pesquisa e para a formação de professores e pesquisadores. Os planos estão sendo reduzidos à mera formalidade, pois o objetivo que efetivamente importa é alcançar pontos para a avaliação quadrienal. De nenhuma forma defendo aqui a ausência de avaliação, interna e externa, do fazer universitário. A questão que trago à mesa é a prevalência de critérios de avaliação das Universidades Públicas que sequer

devem ser os únicos ou mais importantes balizadores da própria pós-graduação. Essa é uma questão exaustivamente discutida e mal resolvida, que chegou inclusive a ser exposta em um Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, publicado em 1994 pelo MEC.

Historicamente, as universidades sempre serviram a propósitos elitistas, mas igualmente se estruturam sobre as contradições sociais que nela estão representadas como próprias de sua constituição. Como já exposto em outro texto (Faria & Walger, 2020), antes do surgimento das universidades, como sinalizam diversos estudos, as instituições de ensino formais mais organizadas e desenvolvidas eram os mosteiros, em que se praticavam estudos de teologia, filosofia, literatura e da natureza, a partir de uma perspectiva religiosa. A Universidade de Bolonha, na Itália, criada em 1150, em pleno regime feudal, é considerada a primeira universidade da história. Foi fundada pela Igreja Católica e era destinada a uma elite de pagantes associados que permitiam a contratação de professores para ministrarem cursos específicos sobre a filosofia das essências universais.

A expansão das universidades em toda a Europa forma a base intelectual do Renascimento no Século XIV e do Iluminismo, no início do Século XVIII (1700). Nesse período, a atividade econômica mercantil se expande devido à exploração de recursos naturais derivadas da invasão predatória dos europeus ao continente americano e do estabelecimento do comércio oriental (especialmente com a China), fortalecendo o surgimento e o desenvolvimento da chamada burguesia mercantil.

É neste processo histórico que as universidades passaram a ter o apoio político e financeiro da burguesia emergente e da elite liberal e se constituíram em um espaço formal de elaboração e reprodução das críticas ao Antigo Regime Aristocrático e seus elementos constitutivos mais importantes, como o

Mercantilismo, o Absolutismo Monárquico, o Poder Eclesiástico, o Regime de Produção Feudal dos Servos e as Corporações de Ofício.

A ascensão da burguesia, com sua ideologia liberal e sua crescente influência filosófica, política e social deram suporte às mudanças que se organizavam na base das relações de produção. A chamada Revolução Industrial (nos séculos XVIII e XIX), que teve como principal destaque a instituição da propriedade privada dos meios de produção e a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado, foi fundamental na estruturação do modo capitalista de produção, repercutindo diretamente nos projetos que as universidades já vinham colocando em prática. A Revolução Industrial coloca no currículo das universidades a formação científica e tecnológica como elemento central do desenvolvimento das forças produtivas.

As universidades passaram, portanto, a ter um lugar destacado no desenvolvimento das forças produtivas, seja na formação qualificada da elite burguesa e dos operadores do sistema de capital, seja no avanço das ciências e das tecnologias. A parceria entre as universidades e os empreendimentos capitalistas é, deste modo, histórica. A demanda do capital por força de trabalho qualificada e por tecnologias de produção, aliada às restrições decorrentes da própria lógica da acumulação ampliada, faz da importância da universidade no desenvolvimento das forças produtivas sob o sistema de capital um fator tão elementar que a mesma acabou sendo transformada em uma organização pública, estrategicamente assumida pelo Estado Capitalista, enquanto intérprete dos interesses dominantes. Embora voltada prioritariamente ao projeto de desenvolvimento do sistema de capital, essas universidades, dialeticamente, foram consolidando também o espaço da crítica, ou seja, foram se estruturando sobre um campo de disputa, sobre um espaço de contradições sociais.

Portanto, a Universidade Pública sempre foi, ao mesmo tempo, portadora de uma relação orgânica com o modo de produção dominante e com suas ideologias, e

também atravessada pelas contradições decorrentes das lutas sociais e políticas fundamentais. É nesse sentido que se pode considerar que embora a Universidade Pública tenha sido e ainda seja importante para a expansão capitalista no campo da ciência, da tecnologia e da filosofia, é nela também que se organiza uma bem elaborada crítica ao modo de produção capitalista, à política e às práticas sociais dominantes. Não há ciência inovadora sem crítica consistente.

Por isso, a pedagogia crítica deve continuar ocupando na Universidade Pública um lugar importante, colocando em debate a contradição entre a reprodução, a produção e a crítica do conhecimento científico, filosófico e tecnológico. A pedagogia crítica exige pesquisa crítica e independente e projetos de extensão vinculados às demandas sociais.

Ainda que a Universidade Pública tenha, ao longo da sua existência, fortalecido o modo de produção dominante e ainda que continue inserida na reprodução do modo capitalista de produção, ela é também o lugar da produção de conhecimento emancipatório, da condição de criação de uma consciência crítica a esse modo de produção, ou seja, um lugar em que se encontram objetivadas tanto a reprodução das relações dominantes, quanto à produção das condições emancipatórias determinadas pelas contradições sociais, políticas, culturais, jurídicas e econômicas.

A Universidade Pública é um lugar ou espaço de contradição na produção do conhecimento no interior do desenvolvimento das forças produtivas porque ela materialmente representa projetos antagônicos que se encontram em disputa. Esse é o tema dessa Mesa da Discussão no XI EnEO. Se a Universidade Pública é, portanto, um lugar de expressão de contradições, e se essas contradições são projetos em disputa, qualquer avaliação de sua pertinência histórica e social deveria conter os elementos constitutivos desse lugar.

Contudo, o que a realidade aponta, objetivamente, é que a Universidade Pública vem sendo cada vez mais avaliada por critérios alheios ao lugar que ela desde sempre pretendeu ocupar, que é o lugar das contradições. Esses critérios de avaliação adotados, cujo cumprimento está se tornando uma obsessão pelas Universidades Públicas, não são modelos inocentes, isentos e neutros como pretendem seus defensores. São exatamente parte constitutiva da materialização de um projeto. Que fique claro: não é a Universidade Pública em si mesma que está sob ataque ou em disputa, mas o projeto de universidade histórica e autônoma. O que as forças conservadoras e retrógradas pleiteiam não é a extinção da Universidade Pública, mas o aniquilamento do projeto político que ela contém. O que as forças conservadoras almejam, tal como explicitamente exposto em manifestações das autoridades governamentais, de parlamentares e de representantes do empresariado, amplamente veiculadas na mídia, é fazer prevalecer um projeto de Universidade Pública submissa aos interesses dominantes.

Para este projeto de Universidade Pública, modelos, métricas, normas, indicadores e prazos são considerados mais relevantes que o conhecimento original, crítico, transformador. Criar, seguir, expor e vangloriar-se de uma posição em algum ranking, qualquer que seja, passou a ser um esporte praticado pelas autoridades e docentes universitários, repercutido nas redes sociais, blogs e sites. Ao invés de fortalecerem a constituição de uma rede de produção de conhecimento socialmente relevante, as universidades públicas parecem competidoras por recursos, classificações, posições em uma escala, como se a produção de ciência e tecnologia e a formação qualificada fosse uma espécie de campeonato Top 10, Top 100, Top Internacional e outros. Indicadores que não fazem qualquer diferença nas práticas universitárias e que servem antes de exibição para consumo midiático.

Seguir critérios é mais cômodo do que produzir conhecimento transformador. O conhecimento transformador questiona, enfrenta, tensiona e não se submete.

Mesmo aqueles conhecimentos que se encontram em campos antagônicos. A contradição, onde se assenta a real autonomia universitária, está sendo substituída pela linearidade operativa, pela padronização, segundo um sistema ideologicamente vinculado ao produtivismo acadêmico a serviço da reprodução do capital: um sistema de avaliação produtivista com força *reprodutiva*. *Nesse campo de luta*, fazer ciência original, crítica, socialmente vinculada e transformadora, é um verdadeiro Ato Epistemológico de resistência.

O projeto dominante está fazendo com que a Universidade Pública contemporânea, de forma cada vez mais intensa, deixe de ser um lugar de produção inovadora de conhecimento, para ser um lugar submetido às regras de avaliação. Regras que expressam critérios sem vínculos efetivamente sociais e, ousado dizer, critérios que sequer são plenamente científicos, como é o explícito caso das métricas adotadas por sistemas privados que se tornam medidas de referência nas avaliações.

Se o propósito da ciência é a busca do conhecimento sobre a realidade, em todas as suas dimensões, este propósito não pode ficar refém de regras que se constituem em obstáculos epistemológicos. A Universidade Pública está, cada vez mais, sendo submetida a regras avaliativas abstratas, a modelos, a esquemas arbitrários e, por força dessa crença na supremacia das regras, a universidade vem assumindo um tipo de Epistemologia Partenogenética, em que o conhecimento se reproduz sem que haja qualquer fertilização social.

Essa ausência de fecundação social e histórica reduz não apenas a produção do conhecimento a um estado de contemplação irreal, mas submete a própria gestão da universidade a rituais docilizados. A autonomia, pela qual tanto se lutou historicamente, não corresponde à realidade prática. A autonomia está cada vez mais condicionada ao cumprimento de critérios normativos, arbitrários, recheados de formulismos. Quem discorda e critica este sistema, tende a ser descredenciado dos programas de pós-graduação e marginalizados no cotidiano

acadêmico. O mundo universitário se tornou o mundo da pós-graduação normatizada, amoldada e conformada às regras.

No campo da Administração, por exemplo, que pretende formar gestores inovadores, criativos e com visão estratégica, a gestão dos programas de pós-graduação, com as exceções de praxe (que devem ser muito valorizadas), se apresenta majoritariamente com uma importante ausência de criatividade, de inovação e de estratégia: a gestão destes programas se concentra no cumprimento estrito dos critérios de pontuação da Plataforma Sucupira e não em conteúdo científico inovador e socialmente vinculado. Os programas de pós-graduação em administração são hoje predominantemente operadores e aplicadores de regras, são núcleos de execução dos mandamentos dos órgãos de avaliação e dos formuladores de critérios. As regras da Plataforma Sucupira são mandamentais e as pesquisas inovadoras são cada vez mais acidentes de percurso.

Os formadores de Administradores inovadores são, paradoxalmente, meros cumpridores de regras e obedientes seguidores de indicadores de produtividade, ou seja, almejam formar gestores inovadores e criativos e não conseguem administrar de forma inovadora e criativa seus próprios programas e a própria universidade. Oferecem linhas de pesquisa em Inovação e Estratégia e não as praticam na gestão de seus próprios programas. O ensino da gestão inovadora não encontra referência na gestão inovadora dos programas.

Há um agravante, no que se refere ao tema do projeto de universidade em disputa. Os critérios de avaliação são predominantemente definidos exclusivamente por aquela parte mais tradicional e conservadora da academia instalada exatamente nos programas de pós-graduação. Este grupo propositor, é oportuno que se diga, tem sido indicado pelos próprios representantes dos programas. Ou seja, os programas são majoritariamente coniventes com os sistemas de avaliação que os controlam de uma perspectiva em que a ciência é



coadjuvante destituída de complexidade. Não prosperam, portanto, os argumentos de não cumplicidade quanto aos critérios de avaliação. Há cumplicidade e conivência com esse projeto.

As Universidades Públicas, pela maioria de seus dirigentes e de seus pesquisadores, está sendo cúmplice dos processos de aniquilamento de sua autonomia acadêmica e de gestão, ainda que publicamente esses dirigentes e pesquisadores sejam defensores da autonomia universitária. As contradições estão postas desde logo. Basta referir que enquanto se fazem louvações ao produtivismo, programas de extensão socialmente ativos continuam sendo marginalizados nas avaliações e o ensino na graduação parece estar se tornando um peso nas atividades docentes. Não por acaso, o ensino na graduação está caminhando aceleradamente para a plataformização. Há muitos interesses políticos, sociais e econômicos em jogo.

Some-se a isso a campanha ideológica contra a ciência autônoma, a redução drástica dos orçamentos públicos para as Universidades Públicas e para o fomento à pesquisa em todos os níveis, o represamento dos concursos públicos para a reposição do quadro docente e a famigerada PEC 206 que propõe o pagamento de mensalidades em Universidades Públicas, e está exposto sinteticamente o quadro do processo de aniquilamento da universidade histórica, substituída pela valorização da lógica mercantil, em que o valor da universidade talvez venha a ser determinado por critérios do tipo ISO 9001, em que o diferencial será o ranking das Universidades Certificadas por alguma Organização Internacional de Normalização Acadêmica.

Há algum tempo, o argumento era o de que a pós-graduação estava voltada para a formação de pesquisador em detrimento da de docentes (*professors*); atualmente, o argumento é o de que a pós-graduação não tem formado nem mesmo bons pesquisadores (*researchers*), mas publicadores (*publishers*). Assim, o objetivo dos programas de pós-graduação, o de formar bons docentes e bons

pesquisadores, está sendo superado pela formação majoritária de publicadores produtivistas, cumpridores de regras, acrílicos e reprodutivistas.

Todas as pesquisadoras e todos os pesquisadores que se dedicam à produção crítica do conhecimento, muitas das quais e muitos dos quais participam aqui nesse XI EnEO, sabem do que estou falando, sabem o quanto suas pesquisas são desvalorizadas pelos critérios, sabem quais malabarismos precisam fazer para publicar e para fazer valer suas atividades acadêmicas originais, sabem os impedimentos postos pelos pares para que revistas independentes sejam qualificadas nos estratos superiores. É um sistema de falsa meritocracia, mas que convém ao exibicionismo.

Esse cenário, que está muito explícito, ainda que se tente ocultá-lo, ignorá-lo ou desdenhá-lo, tende a se agravar e se consolidar se os que defendemos a Universidade Pública autônoma e crítica, não organizarmos um movimento consistente de resistência. Precisamos reafirmar permanentemente que há resistência e luta e que fazemos parte disso.

Para tanto, precisamos organizar um movimento que não fique recluso e reduzido a debates em assembleias internas. É preciso *ganhar as ruas* (assumir os vínculos sociais), mobilizar apoios, conectar-se às lutas populares. É preciso estar ativamente presente nas lutas sociais e popularizar a ciência, ou seja, é preciso produzir ciência, filosofia e tecnologia socialmente comprometidas, fazendo da universidade um espaço de luta transformadora e não um lugar em que imperam as prerrogativas dos critérios normativos sem nenhum compromisso que não seja a lógica competitiva para a satisfação de egos e superegos.

É preciso revolucionar os critérios acadêmicos de avaliação para torna-los socialmente relevantes; é preciso investir contra a formação de núcleos feudais que fazem da produção científica um trivial campeonato de pontos, sem qualquer

vínculo com a sociedade e com a materialidade das questões sociais; é preciso tomar posição política para tornar os resultados das pesquisas totalmente acessíveis à maioria da população; é preciso se contrapor ao elitismo da produção e do fazer acadêmico; é preciso resgatar o lugar da crítica consistente e oferecer à sociedade instrumentos teóricos e conceituais para fundamentar a luta consciente para sua emancipação.

Essa luta é para ontem, porque talvez amanhã já não haja mais um projeto de Universidade Pública, gratuita, de qualidade e socialmente vinculada pela qual lutar.

## REFERÊNCIAS

Faria, José H. & Walger, Carolina S. (2020). O lugar da universidade pública: referência social ou fator de desenvolvimento das forças produtivas? *Revista NUPEM*, 27(12), 12-33.

## UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM PROJETO EM DISPUTA NA CONTEMPORANEIDADE

### Resumo

Esse texto é inspirado na mesa de discussão realizada no XI ENEO, cujo tema foi Universidade Pública: um projeto em disputa na contemporaneidade. As reflexões aqui representam olhares distintos sobre a universidade sendo composta pela proposição inicial de José Henrique de Faria, réplicas de Pedro Demo e Elisângela de Jesus Furtado da Silva, e por fim, a tréplica por José Henrique de Faria. A discussão problematiza a crescente perda de autonomia da organização, as históricas contradições e dilemas atuais e exprimem faces de projetos políticos distintos. Considera-se que, o que se encontra em disputa não é projeto de universidade pública, mas o projeto de Educação Transformadora e educação bancária, a primeira como emancipação e a segunda como reprodução. Nesse cenário, aqueles que ainda defendem a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada não podem estar desatentos, alienados, omissos e passivos diante dos projetos que estão em disputa.

**Palavras-chave:** Universidade. Política. Educação Transformadora.

## LA UNIVERSIDAD PÚBLICA: UN PROYECTO EN DISPUTA EN LA CONTEMPORANEIDAD

### Resumen

Este texto se inspira en la mesa redonda celebrada en el XI EnEO, cuyo tema fue La Universidad Pública: un proyecto en disputa en la época contemporánea. Las reflexiones aquí expuestas representan diferentes puntos de vista sobre la universidad, estando compuestas por la proposición inicial de José Henrique de Faria, las réplicas de Pedro Demo y Elisângela de Jesus Furtado da Silva y, por último, la réplica de José Henrique de Faria. El debate considera que lo que está en disputa no es el proyecto de universidad pública, sino el proyecto de Educación Transformadora y la educación bancaria, la primera como emancipación y la segunda como reproducción. En este escenario, quienes aún defienden la Universidad Pública, Gratuita, de Calidad y Socialmente Referenciada no pueden mostrarse desatentos, ajenos, omisos y pasivos ante los proyectos que están en disputa.

**Palabras clave:** Universidad. Política. Educación Transformadora.

## **PUBLIC UNIVERSITY: A PROJECT IN DISPUTE IN CONTEMPORANEITY**

### **Abstract**

This text is inspired by the discussion panel held at the XI ENEO, whose theme was Public University: a project in dispute in contemporary times. The reflections here represent different views about the university, being composed of the initial proposition by José Henrique de Faria, the replies by Pedro Demo and Elisângela de Jesus Furtado da Silva, and finally, the rejoinder by José Henrique de Faria. The discussion problematizes the organization's growing loss of autonomy, the historical contradictions and current dilemmas, and expresses faces of distinct political projects. It is considered that what is in dispute is not the public university project, but the project of Transformative Education and banking education, the first as emancipation and the second as reproduction. In this scenario, those who still defend the Public, Free, Quality and Socially Referenced University cannot be inattentive, alienated, omissive and passive before the projects that are in dispute.

**Keywords:** University. Politics. Transformative Education.

## CONTRIBUIÇÃO

### **José Henrique de Faria**

O autor declara ser o único responsável por todas as fases envolvendo a elaboração desta contribuição.

## CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara não haver conflitos de interesse.

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O autor declara que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

## AGRADECIMENTOS

-

## COMO CITAR

Faria, José H. (2022). Universidade pública: Um projeto em disputa na contemporaneidade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(25), 396-410.